

ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA E O CONTEXTO DE
VULNERABILIDADE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS (ABCVV)

*ADOLESCENCE AND THE BRAZILIAN CONTEXT OF
VULNERABILITY TO VIOLATION OF
FUNDAMENTAL RIGHTS*

*Ana Paula Motta Costa**

Resumo: A adolescência, enquanto etapa de vida com significado social específico, no contexto sociocultural brasileiro contemporâneo, encontra-se em condição de significativa vulnerabilidade e violação de direitos fundamentais. Adolescência como transição e com características próprias, em intersubjetividade com o contexto onde se insere. Violação de direitos, que adquire diversas dimensões, mas que se relaciona às inúmeras possibilidades ofertadas e à falta de perspectiva de pertencimento e reconhecimento social.

Palavras-chave: adolescência; Direitos Fundamentais; vulnerabilidade.

Abstract: Adolescence as a stage of life with specific social meaning in contemporary Brazilian sociocultural context, is in a position of significant vulnerability and violation of fundamental rights. Adolescence as a transition and characteristics, intersubjectivity in the

* Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e Universidade Pablo Olavide - Espanha; Professora do Centro Universitário Metodista do IPA/Porto Alegre, da UFRGS e da IMED/Passo Fundo. E-mail: <anapaulamottacosta@gmail.com>.

context where it belongs. Violation of rights, which acquires different dimensions, but that relates to the numerous possibilities offered and the lack of perspective of belonging and social recognition.

Keywords: adolescence; Fundamental Rights; vulnerability

Meu filho ainda vai sair. Tem uns que não conseguem sair. Isso é um labirinto. Para mim isso é um labirinto; ele ainda não encontrou a saída, mas vai encontrar (ATHAYDE, BILL, SOARES, 2005, p. 214).

Os adolescentes dos diversos contextos sociais brasileiros, em especial os que vivem em condição de maior dificuldade econômica, nas periferias das grandes cidades, compõem uma das parcelas da população em maior condição de vulnerabilidade. Este artigo busca analisar as várias faces de tal complexa vulnerabilidade, compreendida não como um problema que se restringe a realidade de vida dos adolescentes, mas que atinge o conjunto da sociedade.

1. Adolescência e Juventude, relações familiares e comunitárias

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), são definidas como adolescentes as pessoas na faixa etária compreendida entre os doze os dezoito anos de idade incompletos. Sendo que em situações expressas, em especial no que se refere ao cumprimento de medidas socioeducativas, aplica-se a respectiva Lei a pessoas entre os dezoito e os vinte anos de idade¹. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança classifica como crianças

1 Art.2º e § único do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Considerando que o ato infracional tenha sido praticado pelos(as) adolescentes antes dos dezoito anos de idades, o cumprimento da medida socioeducativa pode chegar até vinte e um anos de idade, sendo que na data em que o(a) adolescente completa esta idade, a media em cumprimento deve ser extinta.

o conjunto do público entre a faixa etária entre zero e dezoito anos incompletos. De outra parte, uma recente emenda à Constituição Federal Brasileira² incluiu o público de jovens entre aqueles que merecem proteção especial, considerando sua condição de desenvolvimento, conforme art. 227 da Constituição Federal, sem, no entanto, definir quem faz parte de tal público.

Tais disposições normativas servem como parâmetro para a definição do tratamento jurídico destinados aos respectivos públicos, bem como para a elaboração de políticas públicas específicas. De outra parte, as etapas de desenvolvimento humano, e suas respectivas faixas etárias, não são tão precisas em todos os casos e considerando os diferentes contextos sócio-culturais. Em realidade, a ultrapassagem da etapa de vida compreendida como infância para a adolescência e desta para a fase adulta, ocorre para cada pessoa de uma forma, de modo gradativo e em momentos específicos da vida, com avanços e recuos.

Sabe-se que a qualificação de crianças e adolescentes como diferentes dos adultos e não pertencentes ao mundo racional não é de hoje e encontra raízes ao longo da História. Particularmente, a sociedade ocidental tem apresentado uma característica “adultocêntrica”. Ou seja, a perspectiva evolucionista de progresso direciona as pessoas a fim de que ocupem seu espaço no mundo na fase adulta, de onde olham o mundo e analisam o comportamento humano. Assim como a ordem social contemporânea têm como centralidade cultural a perspectiva de ver o mundo predominantemente masculina, branca e dos países do norte (SANTOS, 2006, p. 31-43), também tal perspectiva é desde o ponto de vista adulto. A visão da infância, enquanto um projeto de adulto, ainda é uma realidade nas sociedades contemporâneas, com maior ou menor ênfase, dependendo dos contextos socioculturais.

2 Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 65, de 2010.

É desse lugar também que as pessoas adultas, em geral, analisam a adolescência, ou seja, desde o lugar de adultos. E compreender a forma de pensar e de agir dos adolescentes, mesmo que se tenha há pouco tempo feito parte do universo juvenil, é tarefa árdua, pois o comportamento da juventude não é o esperado pelo mundo adulto. As características da adolescência, especialmente a busca por experiências e sensações, a ousadia, a coragem, a condição de fazer as coisas de sua geração, continuam causando estranheza ao mundo adulto.

A categoria “criança”, como indivíduo em desenvolvimento e com necessidades específicas, portanto, em uma abordagem não ontológica, nem sempre contou com o significado social observado nos dias atuais. Conforme ARIÈS (1981, p. 50-69), antes e durante a idade média a infância não existia tal como é concebida na atualidade.

Assim, as crianças não eram percebidas pela consciência social como seres diferenciados do mundo dos adultos. Esta compreensão não se refere à inexistência de dependência biológica das crianças em relação aos adultos, mas a não abordagem social da infância como uma etapa de desenvolvimento que necessitasse de compreensão específica, e à “ausência de consciência da particularidade infantil” (ARIÈS, 1981, p. 156).

A referência histórica da construção da categoria da adolescência é ainda mais recente que a infância. De acordo com Ariès, essa conceituação surgiu de modo singular, no século XX, considerado o “século da adolescência”. Assim, afirma o autor que a falta de diferenciação entre crianças e adolescentes, gradativamente foi substituída pelo conceito também impreciso de juventude, ou de “homem jovem” (ARIÈS, 1981, p. 49). “A juventude apareceu como depositária de valores novos, (...) tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalhas opuseram-se em massa às velhas gerações da retaguarda” (ARIÈS, 1981, p. 46).

Na sequência do pensamento do autor, pode-se afirmar que a compreensão dos sujeitos como integrantes da faixa etária jovem, identificados pela sociedade com comportamentos característicos e comuns, esteve desde seu início associada à ideia de “problema”, a ser controlado e superado. As características comuns da juventude e da adolescência não são vistas desde a sua identificação como positivas, ou questionadoras e impulsionadoras de mudanças, mas como impeditivas do “bom funcionamento social”. A tal ponto tem sido assim, que muitas vezes o desejo “adultocentrico” é de que, “de fato”, não tenham comportamento adolescente, mas que se comportem com a maturidade adulta, considerada adequada e racional.

A construção sociocultural da categoria de “adolescentes”, embora não totalmente desvinculada da infância, caracteriza-se por uma trajetória confusa no imaginário social. Adolescente é aquele que não é mais criança e também não é ainda um adulto. Por vezes, espera-se dele comportamento infantil, dócil e maleável. Outras vezes, espera-se a maturidade adulta, ponderação e racionalidade.

Todas essas circunstâncias da adolescência são dificultadas pela ausência na sociedade ocidental de rituais de passagem objetivos para a fase adulta. No contexto atual, a compreensão de que se é adulto, ou mesmo adolescente, depende de muitos fatores, relacionados à condição social do sujeito, e, especialmente ao exercício de experiências afirmativas da identidade adulta, como trabalhar, engravidar, ter filhos, ter uma vida sexualmente ativa, sustentar a família.

Em interação com o que lhe é esperado por parte da sociedade, o adolescente vive entre o mundo infantil e o adulto, mas não chega a identificar-se com nenhum deles. Trata-se de um tempo de passagem, de limites e possibilidades, mas com características próprias, enquanto etapa de vida. O corpo vive transformações intensas, deixa de ser familiar e exige novo reconhecimento: é a puberdade, enquanto etapa biológica em que são vividas transformações hor-

monais, que exteriorizam a capacidade de procriação e que influenciam o comportamento (OSÓRIO, 1989, p. 11). As transformações biológicas podem, ou não, coincidir com o início da adolescência, que, diferente daquela, é uma condição psico-social e não física. Em alguns momentos histórico-culturais as duas fases coincidem, em outros não. Ilustra tal afirmação seguinte reflexão: “Nos anos 70 a criança tornava-se púbere e depois adolescia; nos anos 80, a puberdade e a adolescência ocorriam concomitantemente; e na última década observo uma conduta adolescente (namoro, contestação etc) em indivíduos ainda não púberes” (OUTEIRAL, 2001, p. 23).

Nesse contexto, observa-se que as transformações da sociedade contemporânea têm provocado uma “abreviação do período de latência”, ou uma “des-invenção da infância”. Trata-se de comportamentos típicos da cultura ocidental da atualidade, como a exposição cada vez mais precoce à sexualidade genital, por exemplo, através dos meios de comunicação, à violência, à velocidade e à fragmentação. Tudo isto tem feito com que a delimitação de espaços sociais, antes de adultos, de adolescentes e de crianças, esteja cada vez menos precisa (OUTEIRAL, 2001, p. 21).

A separação entre períodos cronológicos da vida também tende a diferenciar-se dependendo do contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos os sujeitos. Assim, nas classes sociais menos favorecidas, o processo de adolescer tem começado e terminado mais cedo, pois está condicionado à iniciação em experiência do mundo adulto, que tendem a ser antecipadas, como a iniciação sexual e o ingresso no mundo do trabalho. De outra parte, também tem sido uma tendência contemporânea o fato de que a adolescência nas classes sociais mais favorecidas poder ser mais prolongada, sendo adiadas etapas de iniciação profissional e da saída da casa dos pais (OUTEIRAL, 2001, p. 24).

Há, portanto, processos sociais e culturais que podem apressar o ritmo de desenvolvimento, influenciando adolescentes precocemente, através da exigência de escolhas mais complexas do que es-

tariam emocionalmente preparados. São situações como o trabalho infantil, a trajetória de rua, o acúmulo de responsabilidades no seio da família, a necessidade de assumir responsabilidades e sobreviver financeiramente, entre outras. Desafios que são apresentados precocemente na vida dos sujeitos e que podem gerar impactos negativos sobre o seu desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo. A presença de conseqüências decorrentes destas situações não é de responsabilidade apenas da família, mas também do Estado, da sociedade e de um conjunto de instituições que deveriam considerar o adolescente como sujeito de processos educativos e não já com obrigações e responsabilidades para as quais seu preparo ainda é precário. (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, p. 29-30).

Portanto, adolescência está “no meio do caminho”, na passagem entre o mundo da infância e o desconhecido e temido mundo adulto, mas se constitui em uma etapa da vida com características próprias. As pessoas nesta fase vivem o luto da perda da identidade em construção na infância e, por outro lado, buscam a afirmação de sua identidade em transformação, sob pressão para que apresente contornos de adulta. Trata-se de uma importante, ou peculiar, etapa da vida na construção da identidade, a partir da redefinição da imagem corporal, estabelecimento de escala de valores éticos próprios, assunção de funções e papéis sexuais e definição das escolhas profissionais (OSÓRIO, 1989, p. 12) e ampliação das experiências de relacionamentos, com outros grupos para além da família.

O processo de afirmação da própria identidade, ou a consciência de si mesmo, como entidade biopsicossocial no mundo, dá-se pela identificação com modelos de conduta de pessoas significativas, ou do grupo de iguais. Ou, ainda, passa a definir-se a partir da possibilidade de assumir identidades circunstanciais, de acordo com as situações novas que se apresentam, seja no campo existencial, ideológico ou ocupacional. Assim, a identidade em construção resulta de dois pontos principais: “da afirmação ou rejeição seletiva

de identificações infantis; e da maneira como o processo social da época identifica os jovens” (FERREIRA, 1997, p. 161).

Nesse percurso, intervalar, os(as) adolescentes buscam identificar-se com seus pares, assim andam em bandos, com roupas e outros atributos iguais, sendo difícil ao olhar adulto, visualizar a sua individualidade. “Diferencia-se e iguala-se, mira-se nos outros e aparte-se deles. São duas faces da mesma moeda, dois momentos complementares do jogo de espelhos em que nos formamos” (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 205).

Conforme afirma Sudbrack, em razão das dificuldades em compreender-se, o adolescente busca constantemente alguém que o entenda. Sente que outras pessoas em igual situação o entendem, identifica-se quanto às suas angustias, seus medos, seu universo. Neste contexto, os amigos tornam-se o grupo de maior importância e influência e precisam ser reconhecidos como parte de suas redes sociais (2009, p. 1-2).

No entanto, não há uma única possibilidade para a identificação, as possibilidades são múltiplas, assim como é múltipla a oferta do mercado de consumo contemporâneo. As experiências a serem vividas apresentam-se cotidianamente, o que torna o desafio da adolescência uma possibilidade permanente de angústia frente às escolhas a tomar (ASSIS, 2004, p. 22). De outra parte, vê-se que a relação da adolescência com o mundo é imediatista, estimulada pela velocidade e instantaneidade contemporâneas. Contestam tempo de espera e o projeto de futuro, ainda que aprendam com maior facilidade o código de sobrevivência do futuro, na medida em que se apropriam muito rapidamente das novas tecnologias e dos novos meios de comunicação.

Embora tudo pareça mais fácil para os adolescentes de hoje, visto que os pais são mais compreensivos, há mais liberdade sexual e maiores opções entre as múltiplas escolhas “supostamente possíveis”, encontram-se muito mais angustiados frente às crescentes

exigências do mundo do trabalho, da sociedade de consumo, do padrão de estética e das restritas possibilidades de pertencimento social (WEINBERG, 2001, p. 8-11).

De acordo com Mafesolli, a complexidade do processo de construção da identidade contemporânea ocorre porque houve um deslocamento da concepção de indivíduo, com identidade estável, desempenhando papéis contratuais, para uma idéia atual de “pessoa com identificações múltiplas, desempenhando papéis nas tribos de afeição” (2007, p. 100). Portanto, todas as múltiplas possibilidades, no contexto de incerteza e liquidez, fazem com que a adolescência, além de suas dificuldades já conhecidas, lide com característica contemporânea de que tudo é possível e, ao mesmo tempo, as possibilidades são restritas, os projetos são inexistentes e as perspectivas são limitadas.

O fato é que a adolescência é uma fase difícil para todos, com muito mais razão o é para os meninos e meninas das famílias pobres do Brasil. Tudo fica mais complicado, quando as vicissitudes da idade somam-se a problemas como rejeição em casa e fora de casa, desemprego, pobreza e alcoolismo. No entanto, a associação entre os problemas da juventude e da pobreza não pode ser feita de forma direta e reprodutora dos preconceitos sociais que costumam atribuir exclusivamente às famílias mais pobres a responsabilidade pelos problemas vividos por seus filhos. O fato é que as condições adversas em que vivem os pobres fazem com que tenham menos possibilidades de organizar as oportunidades profissionais para os seus filhos e tenham maior dificuldade de acessar apoio quando em dificuldades. Para os jovens pobres, de modo geral, “salta-se direto da infância para o mundo do trabalho (ou do desemprego)” (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 208-211). Ou seja, a adolescência não tem sido a mesma para todos.

Se de um lado, os adolescentes dos diferentes contextos sociais pertencem ao mundo globalizado, consumista e individualista. De

outro, os jovens que não acessam facilmente ao consumo estão à margem, embora seu desejo de ser aceito e reconhecido percorra os mesmos caminhos dos demais consumidores. Nessa direção, Castel aborda a realidade dos jovens das periferias francesas, e afirma que vivem em bairros periféricos, mas são atravessados por dinâmicas globais. Não estão fora, na medida em que têm acesso a serviços públicos e compartilham alguns valores daquela sociedade, nem estão dentro, visto que não ocupam nenhum lugar reconhecido por esta mesma sociedade (CASTEL, 2008, p. 29-40).

Vivem a dualidade, ou o limbo do interstício cultural (BHA-BHA, 2005). São realidades que estão em permanente relacionamento e em contato direto. Não existem muros claros e definidos quanto ao desejo de ter e pertencer. Existem muros claros que separam a possibilidade de ter de quem vive nas periferias das cidades, tendo a pobreza como limite objetivo. Se a realidade de não pertencer torna-se insuportável, estratégias de sobrevivência são acessadas, como a compra de produtos falsificados, ou sua aquisição por meios ilícitos.

Conforme pesquisa realizada pelo IPEA (IBASE, 2005) com jovens das principais regiões metropolitanas do Brasil, a maior preocupação que manifestam quanto ao trabalho refere-se à restrição do mercado, às dificuldades de conseguir um primeiro emprego e ao medo de enfrentar preconceitos por serem inexperientes. Diz o relatório:

Os baixos níveis de renda e capacidade de consumo redundam na necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos(as) jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como modelo de jovem universal: aquele que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, à participação mais organizada e aos lazeres (IBASE;POLIS, 2005.p 76).

Identifica, ainda, o relatório que a trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos jovens das famílias mais pobres passa por ocuparem as ofertas de trabalho que aparecem, que, em

sua maioria, permitem pouca ou nenhuma perspectiva de iniciar, ou construir, uma carreira profissional (IBASE;POLIS, 2005, p. 76).

Nessa direção, reflete Castel “a ausência de qualquer perspectiva de futuro é o testemunho de uma desesperança profunda. O presente cristaliza assim todas as recusas (...)” (2008, p. 18) Esta parcela da população, segundo o autor, sabe que o trabalho é raro, que o sucesso escolar não garante vitória profissional. Isso porque, são os(as) jovens do grupo social mais exposto a racismos, xenofobias e outras formas de preconceitos (CASTEL, 2008, p. 9).

Para além dos dados objetivos, as dificuldades de reconhecimento social estão associadas também ao estereotipo socialmente construído. Adolescentes costumam andar em bandos, com roupas “estranhas”, cabelos diferentes do que se espera, seus comportamentos também não são “considerados adequados”. Tudo isso sempre aos olhos de quem os vê e que se sente agredido pela simples presença daqueles. Dito de outra forma, é como se os “olhos de quem vê”, que estão inseridos no contexto cultural contemporâneo, tivessem eles “tarjas”, “borrões”, que impedem de ver as pessoas que são e que constituem as individualidades da adolescência.

Nesse sentido, para melhor compreender tal processo, cabe referir que além de marcas com significado social, os estigmas geram profundo descrédito, defeito, fraqueza, desvantagem (GOFFMAN, 1988). O estigma possui duas dimensões: uma objetiva, como raça, diferença de renda, gênero, ou idade; e outra subjetiva, que diz respeito à atribuição negativa (ou de inferioridade) que se dá a primeira dimensão.

Vê-se, assim, que a adolescência no contexto social contemporâneo e, de modo específico, os adolescentes pobres, que não conseguem ser vistos pela sociedade em geral. Quando seu estereotipo é identificado, são considerados como um problema a ser superado, como se todos fizessem parte do “mesmo balaio”, como se não fossem pessoas em sua individualidade e humanidade. Além da invisí-

bilidade, a inferioridade está presente na avaliação, ou juízo social. Trata-se do consenso pré-reflexivo que determina o valor diferencial dos seres humanos, o qual identifica quem merece respeito e quem não o merece (SOUZA, 2006, p.145).

São, portanto, adolescentes com seus direitos sociais violados, vivendo na condição de baixa escolaridade, de trabalho infantil, de exploração sexual comercial, envolvidos com drogas ou atos de violência. Adolescentes que, muitas vezes, vivenciam a fragilidade de vínculos familiares e sofrem tensões no meio social para pertencer a gangues, ou grupos identificados com o tráfico. O estigma social sobre os mesmos impede que possam ser vistos como pessoas e, especialmente, que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades. Tal situação caracteriza a vida e o cotidiano de um contingente significativo de adolescentes brasileiros, que, ao contrário de terem garantidos seus direitos e a possibilidade de desenvolvimento adequado para a passagem sem maiores percalços à fase adulta, seja por parte da família, do Estado, ou da sociedade em geral, vivem realidades de negações, discriminações, “atropelos ao seu desenvolvimento” e violações.

Sales afirma que se trata de uma “visibilidade perversa”, com dupla dimensão. De um lado observa-se a invisibilidade, na medida em que o sofrimento das crianças e adolescentes pela violação de direitos não é percebido pela sociedade em geral. De outro, trata-se de uma “visibilidade perversa”, visto que é seletiva e reprodutora de discriminações históricas, impulsionadora de mecanismos de controle social repressores por parte do Estado. (2007, p. 27)

Nessa realidade, determinados modos de vida são desvalorizados, retirando das pessoas que os praticam a possibilidade de atribuir valor social as suas capacidades. A falta de reconhecimento das pessoas e suas peculiaridades, ou diferenças, reflete-se na forma em que o Estado os reconhece como sujeito de direitos. Com significado semelhante à enfermidade e ao sofrimento, a experiência

de rebaixamento e humilhação social atinge os sujeitos, da mesma maneira que a saúde física é ameaçada pelas doenças. Tal sentimento, se não canalizado para a luta social, em determinado momento abre espaço para sentimentos como vergonha e ira (HONNETH, 2003, p. 145).

Vergonha, medo, ira, humilhação, violação de direitos, falta de acesso a políticas públicas mais do que ingredientes de baixa-estima, conduzem a caminhos sem volta no labirinto em que estão inseridos. O lugar de inferioridade e desvalia torna-se componente da identidade. E o lugar de igualdade e de reconhecimento dos direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente torna-se retórica e abstração.

O paradoxo de tudo isso é que, também no labirinto de espelhos que refletem as múltiplas faces das identidades sociais e individuais, a sociedade se reconhece sem saída, quando trata dessa forma os seus adolescentes. E no dilema entre causa e efeito, entre o que vem antes e o que vem depois, as paredes do labirinto cruzam-se e vão levando a caminhos sem saída e sem perspectiva.

2. A violação de direitos, relacionada à violência, que envolve a adolescência no Brasil contemporâneo

Convive-se uma sociedade onde a violência, em seu sentido mais abrangente, faz parte da vida cotidiana das pessoas, acontece em todos os segmentos sociais e está em todas as instituições como na família, no trabalho, na escola, nos poderes públicos, na própria justiça, enfim, está implícita nas relações entre as pessoas e, muitas vezes, banalizada socialmente. Quando trata-se de violência que atinge o público infanto-juvenil, vê-se que há direta associação com a violação dos direitos a que este público está submetido, seja como

fator gerador de violência, ou como não preservação da integridade física e psicológica, ou da própria vida.

Nesse contexto, o problema da violência associado à criminalidade, de uma forma ou de outra, afeta a vida das pessoas e tem causas e consequências bastante complexas, principalmente nas situações envolvendo crianças e adolescentes. Embora tal quadro seja familiar aos profissionais que atuam em políticas públicas no âmbito social, tratando-se da sociedade em geral, observa-se que há certa expectativa de que a responsabilidade recaia sobre alguns por determinados problemas que circundam a vida da coletividade.

Pergunta-se, no entanto, que tipo de sociedade é essa que almeja solucionar seus problemas somente por meio da punição? A asserção expressa pelo senso comum, ou pelos órgãos de comunicação é de que se deve retirar do convívio social todos aqueles que “não estão adequados ao contexto”. Esse pensamento ilusionista supõe que, ao afastarem-se as pessoas depositárias da culpa pelos malefícios do coletivo do convívio social, os conflitos inerentes ao funcionamento social seriam eliminados.

Nesse sentido, ganha espaço o discurso justificador do uso da força pelo Estado, como forma de garantir a segurança da população. Conforme refere Karan (1993) a ideia de que a criminalidade convencional se define como violência leva a população a naturalizar outras formas de violência institucionalizadas no interior da sociedade. De outra parte, produz um pânico tal que faz crer que a única solução é efetivamente o encarceramento, utilizando-se em grande escala o Sistema Penal.

Dentre os diferentes aspectos a serem salientados na caracterização dos tempos atuais, merece destaque o diagnóstico feito por Bauman (1998, p. 53-56). Chama a atenção o autor para a centralidade que o consumo tem na sociedade atual, em detrimento à produção. Assim como em relação às forças produtivas, também o consumo coloca os indivíduos em campos opostos, como consequência da atuação dos poderes de sedução do mercado consumidor.

Para atingir os padrões que a sociedade consumidora estabelece, há que se buscar diretamente os fins. Tarefa que é individual, para a qual não existem regras específicas regulamentadas, os fins justificam os meios e o espaço para a criminalidade é ampliado. A criminalidade, pois, não é um produto de mau funcionamento: é o produto inevitável da sociedade de consumidores. Quanto maior a busca individual, mais eficaz será a sedução do mercado. Todavia será maior o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer suas aspirações. “A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora” (BAUMAN, 1998, p. 55).

Vive-se, assim, uma nova configuração do modelo capitalista de desenvolvimento que é caracterizada por grandes diferenças sociais, pelo individualismo e consumismo exacerbados. Determinados modelos de vida, ou formas de consumir são “vendidos” pelos meios de comunicação, os quais, quando praticadas, permitem que as pessoas sintam-se incluídas a partir da condição que cada um tenha de consumir.

Castel denomina aqueles que não são incluídos no contexto de consumo como “sobrantes”, ou seja, pessoas normais, consideradas inválidas pela conjuntura caracterizada pelas novas exigências de competitividade e de concorrência, em uma sociedade em que não há mais lugar para todos (1997, p. 29). Nem todos, portanto, não fazem parte desse momento, o qual é também cada vez mais acelerado.

O tempo também adquire suas próprias características no contexto: é relativo, cultural e subjetivo, dependendo da perspectiva e de determinadas condições do sujeito (OST, 1999, p. 23-29). Assim, é percebido com grande velocidade por aqueles que pertencem à sociedade acelerada, do instantâneo, do imediato. Já aqueles não incluídos no modelo, “esperam o tempo passar”, como mais um entre os demais fatores de exclusão. Assim é o cotidiano de quem está na prisão, nas unidades de privação de liberdade de adolescentes, nos hospitais psiquiátricos, nos abrigos para crianças, que aguardam

por famílias substitutas, nas filas dos serviços de saúde, de vagas de emprego, ou de acesso à Justiça. O tempo não passa...

A sociedade individualista e atomizada do início do séc. XXI segue seu caminho indeterminado e sem um destino algum, em meio aos riscos³, que, embora em intensidades diferentes, são democraticamente distribuídos a todos (BECK, 1998, p. 41-42). Neste período não existem certezas, e essa imprevisibilidade dos riscos é justamente o fator mais democrático da modernização. As desigualdades sociais se entrelaçam com a individualização, de modo que os graves problemas mundiais e as crises sociais são transformados e compreendidos como elementos representativos de um fracasso pessoal, isto é, são vistos enquanto demonstração de uma crise individual (BECK, 1998, p. 117).

Nesse contexto, a adolescência, enquanto etapa conflitiva da vida, é compreendida também como um problema individual, seus sucessos e fracassos são de responsabilidade individualizada. Ao contrário disso, a adolescência somente pode ser compreendida dentro de determinado contexto, o qual exerce sobre o sujeito tensões, exigindo-lhe o exercício de papéis. De outra parte, sabe-se que para o adolescente sentir-se sujeito de direitos e deveres é fundamental que se sinta parte de uma comunidade, sinta-se pertencendo. (SUDBRAK, 2009).

As circunstâncias da adolescência são agravadas quando se tratam de famílias cuja condição social é de maior vulnerabilidade e instabilidade. Assim, dependendo do contexto específico, os problemas geracionais ganham maior dimensão frente aos desafios também maiores que as famílias enfrentam para garantir proteção, suporte, estabilidade e possibilidade de construção de projetos de vida. Se a adolescência é uma fase difícil para todos e todas, torna-se

3 O autor identifica a sociedade atual como “Sociedade de Risco” e para tal conceito utiliza-se da metáfora do meio-ambiente, demonstrando que frente às mudanças a que está sujeito o clima, por exemplo, na sociedade atual, todos estão em risco. As diferenças irão identificar-se a partir das condições que tenham os diferentes sujeitos para enfrentar tais riscos.

mais difícil em meio às desigualdades (de renda, raciais, de gênero, entre outras), à violência, à falta de acesso às políticas públicas, à falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho e diante de maior vulnerabilidade, na medida em que tais condições dificultam o processo de auto-aceitação (auto-conhecimento, ou auto-estima) e de ocupação de um lugar social de reconhecimento social.

As dificuldades objetivas ampliam-se quando estão presentes, muitas vezes no âmbito familiar, situações de desvalorização, rejeição, humilhação e punição, as quais interferem na capacidade de auto-realização como ser humano (ASSIS, 2004, p.32). Trata-se de dificuldades enfrentadas pelo grupo familiar, que, por sua vez, está inserido no contexto social de dificuldades e tensões.

Entre os problemas enfrentados pelos adolescentes, em alguns casos, também está o envolvimento com o cometimento de atos infracionais (crimes ou contravenções penais, conforme previsão do ECA), especificidade que não pode ser compreendida como fato isolado, ou como definidor da realidade e da personalidade do adolescente. Trata-se de uma circunstância vivida e uma problemática a ser enfrentada pelo adolescente e sua família, sociedade e Estado.

É certo que se vivem momentos de intranquilidade na sociedade brasileira, mas a associação da violência criminal em geral à figura de adolescentes não encontra respaldo na realidade. O fato é que os adolescentes têm tido protagonismo na reprodução da violência e da criminalidade, mas também têm se constituído em suas maiores vítimas.

Conforme os dados do Relatório das Nações Unidas de 2006 sobre a violência contra a criança no Brasil, no ano de 2000 dezesseis crianças e adolescentes foram assassinados, em média, por dia. Entre tais mortos, quatorze estavam entre quinze e dezoito anos, e nesta faixa etária, o grupo era composto por 70% de negros. Na realidade, a maior vítima da violência é a juventude, alvo diário de mortes por causas externas, caracterizadas, em geral, por crimes

praticados por armas de fogo, ou outras formas agressivas de convivência como, por exemplo, os acidentes de trânsito.

Os dados de mortalidade na adolescência e juventude, em especial na faixa entre 15 e 19 anos têm se mostrado importantes indicadores sociais, da mesma forma que os indicadores de mortalidade infantil (número de mortos até um ano de idade a cada 1000 nascidos vivos). Assim, segundo o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, que analisou um intervalo de 22 anos e comparou estados e capitais brasileiras, jovens entre 15 e 19 anos são as maiores vítimas de homicídios no País, correspondendo a 87,6% dos casos. Essas mortes ocorrem essencialmente onde há uma superposição de carências e de violação de direitos.

Na mesma direção apontam os dados do Ministério da Saúde, que afirmam que na faixa etária de 10 a 19 anos as violências têm sido as principais causas de óbito (52,9%). Entre os adolescentes, entre 15 a 19 anos, 58,7% dos óbitos, no período analisado, foram por violências (DATA SUS, 2006-2010).

Afirma Soares que se esta assistindo a um “genocídio social”, em que as maiores vítimas são jovens pobres, mais especificamente, do sexo masculino, não-brancos. Conforme o autor, morrem hoje no Brasil mais jovens entre quinze a vinte e um anos, do que se o Brasil estivesse em guerra e sua população juvenil tivesse sido enviada para campos de batalha. (SOARES, 1996, p. 190-192).

Os contextos de violência referidos não são privilégio exclusivo dos bairros pobres, mas atingem com maior intensidade estas parcelas da população. Nestes contextos, além do baixo nível de renda, também está presente a mais baixa escolaridade e a maior dificuldade de ingresso no mundo do trabalho. Portanto, a maior dificuldade de construir projetos e expectativas de vida.

De outra parte, o envolvimento dos adolescentes protagonistas de atos de violência também está envolto em pré-concepções e falta de informação. A ideia que costuma ser repassada à opinião pública

é a de que cada vez mais infrações são cometidas por adolescentes, tais crimes são em maior incidência do que os cometidos por adultos e esses atos infracionais são revestidos de grande violência.

De modo objetivo pode-se observar que o número de adolescentes privados de liberdade no Brasil é infinitamente menor do que a quantidade de adultos presos. Mais precisamente, em 2010, a população carcerária brasileira adulta era superior a 480.000 pessoas⁴, enquanto que o número de adolescentes privados de liberdade era de 17.703 pessoas⁵. Poder-se-ia dizer: são em menor número porque ficam restritos menos tempo que os adultos! Esta conclusão precisa ser relativizada: existem pessoas que cumprem pena há bastante tempo no sistema adulto, mas também tal sistema tem um contingente significativo de presos provisórios, que aguardam julgamento. Há outro grande número de presos que cumprem penas, mas que, conforme a legislação vigente, teriam direito à progressão de regime e, portanto, de redução do tempo penitenciário. Assim, não é possível afirmar que os adultos cumprem mais tempo de pena que os adolescentes, até mesmo quando se trata do cometimento dos mesmos crimes.

As informações sobre a violência que envolve adolescentes no Brasil, em especial o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2010 apontam para o seguinte contexto: 17.703 adolescentes privados e restritos de liberdade, sendo 12.041 cumprindo medida socioeducativa de internação; 3.934 em internação provisória e 1.728 cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade. Em relação a 2009 houve um crescimento de 4,50%, sendo que 12 Estados da Federação contribuíram para o aumento desta taxa, enquanto 15 Estados obser-

4 Dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, a partir do sistema de registros do Ministério da Justiça.

5 Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2010, realizado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCa no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos – SDH.

vou-se redução da população no sistema socioeducativo. Na análise nacional contata-se que a medida socioeducativa de internação teve um aumento em sua população 1,18%, a internação provisória de 13,34% e semiliberdade em 10,20%.

Nesse sentido, cabe a análise da taxa de crescimento populacional no sistema socioeducativo de privação de liberdade, no triênio 1996-1999, comparando-o com o último período, pois reflete certa tendência. No período entre 1996 e 1999 houve um aumento da população no sistema privativo de liberdade de 102,09%, enquanto que no último período (2007-2009) a taxa de crescimento foi de apenas 2,44%. Portanto, torna-se evidente a tendência de decréscimo de número de adolescentes privados de liberdade e, portanto, envolvidos em infrações de maior gravidade. Tal fato pode ser atribuído a uma menor incidência de atos infracionais de tal tipo, ou a outras razões, como a ampliação da oferta de medidas socioeducativas em meio-aberto em tal período.

O fato é que, ainda que em menor gravidade do que propagado pelo senso comum, sabe-se que a violência que envolve adolescentes, em especial na faixa etária entre 14 e 19 anos é um problema social de grande importância. No entanto, simplificar a análise de tais condutas, afirmando que existe uma periculosidade maior inerente à faixa etária, seria entender a violência no Brasil, e a violência que envolve a juventude a partir de um olhar reducionista e limitado.

Nesse sentido, ao analisar a complexidade de tal realidade, Assis refere que as causas da violência envolvendo a juventude brasileira incluem não apenas o nível individual, mas também estrutural e sociopsicológico (1999, p. 22-24). Enquanto nível estrutural, a autora identifica as circunstâncias sociais da vida de adolescentes que vêm a cometer atos infracionais: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado. Todas essas causas não podem ser examinadas de forma determi-

nista, como relações de causa e feito, ou seja, sua incidência não necessariamente irá significar que haverá maior violência entre os adolescentes, irá depender do conjunto de circunstâncias presentes em cada contexto. Os fatores estruturais, no entanto, contribuem para compreensão acerca da ocorrência de violência, com maior ou menor grau, em grupos sociais que vivem em determinadas circunstâncias sociais.

O segundo nível, conforme Assis, é o nível sociopsicológico. Essa categoria sofre influência das teorias que entendem que a delinquência juvenil está relacionada com a relação intersubjetiva entre os adolescentes e as instituições com quem têm vínculo, ou relaciona-se ao grau de influência que tais instituições exercem sobre os mesmos. Entre tais instituições, destaca a autora, a família, a escola, a igreja, as instituições responsáveis pela segurança pública e, de outra parte, o grupo de amigos. (1999, p. 23).

Compreende-se a atitude de cada sujeito, portanto, não só em razão do conjunto de normas em que o mesmo foi socializado, mas desde sua percepção ou interpretação de tais normas, deve-se observar a sua perspectiva. Assim, em vez de estudar o “jovem delinqüente” e seu comportamento de forma isolada, a análise necessária para a melhor compreensão da violência, segundo tal visão, deve ser voltada ao contexto, às instituições com quem interage.

Apenas a interação entre as várias dimensões explicativas é capaz de gerar um conhecimento mais profundo e real sobre a violência praticada por jovens. As causas do proceder agressivo de cada jovem somente adquirem sentido na rede de influência em que o mesmo atua, levando-se ainda em consideração as circunstâncias fortuitas em que esteve envolvido no momento em que realizou tal prática.

Para que se compreenda a complexidade da dinâmica da violência juvenil no contexto brasileiro, é preciso conjugar alguns fatores que fazem parte do modo de vida desta população nas cidades, dos tempos atuais.

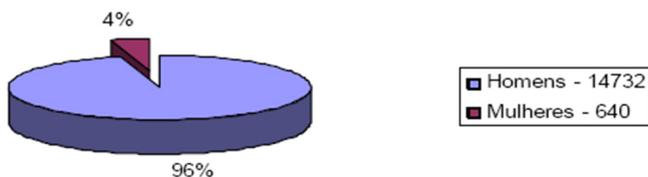
- a) Observa-se que grande parte das famílias de classes populares vive as tensões do cotidiano, sob condição de estresse permanente, especialmente pelo desafio diário de sobrevivência. Neste contexto, podem ser deficitárias na promoção de garantias e de proteção de seus membros. Os vínculos familiares, embora estejam presentes, podem se tornar vulneráveis, dependendo do grau de violência dentro de casa. Nesta direção, pode-se dizer que as famílias brasileiras são bastante contraditórias: ao mesmo tempo em que são muito amorosas, também podem ser muito violentas, ou, “são um contexto paradoxal de risco e proteção” (SUDBRACK, 2009, p.4). Assim, os referenciais de autoridade nem sempre são positivos, possibilitando a reprodução das relações intra-familiares em outros contextos. O fato é que a adolescência provoca mudanças, conflitos e adaptações no contexto das famílias que têm entre seus membros alguém que está atravessando esta fase da vida. Em tais contextos conflituos, muitas vezes o envolvimento dos adolescentes com o cometimento de atos infracionais pode estar relacionado às dificuldades da família, ou ao fato de que o funcionamento familiar não pode mais ser gerido da forma como vinha sendo até então. A dificuldade de lidar com tal etapa da vida familiar pode acabar por contribuir com a manifestação violenta dos filhos. (SUDBRACK, PENSO, 2004, p. 29-34).
- b) As crianças e especialmente os adolescentes formam sua identidade a partir do olhar da comunidade sobre eles. Constituem seus valores pessoais a partir daquilo que é valorizado em seu contexto social. Aprendem a conviver coletivamente quando se sentem aceitos e pertencentes. É como se a sociedade e suas instituições fossem “espelhos” onde é refletida a imagem dos jovens. Assim, as instituições sociais acabam constituindo-se em componentes essenciais na formação de sua identidade, ao mesmo tempo em que o resultado deste reflexo é a própria expressão da identidade social, ou seja, aquilo que se espera dos(as) jovens. Neste contexto, percebe-se com frequência en-

- tre os adolescentes falta de perspectiva de integração social, ou de constituição de um projeto de vida em que haja sentimento de pertencimento, o que irá refletir na identidade que está em formação. Ou seja, “[...] não pertencer é não se sentir parte das instituições ou não ter sua identidade relacionada à história destas” (ATHAYDE, BILL; SOARES, 2005, p.163-168).
- c) Zaluar, entre outros autores, destaca a ausência, a presença insuficiente, ou a presença clientelista do Estado nas regiões periféricas, como causas para a proliferação de formas de Estado paralelo. Organizações para-estatais, portanto, acabam por controlar a vida das pessoas, seja pela adesão às alternativas de trabalho propostas pelas organizações criminais, pela proteção que tais personagens oferecem, ou, ainda, pelo silêncio que é imposto como meio de sobrevivência (1994, p. 141).
- d) Levando-se em consideração as modificações no mundo do trabalho, os altos índices de desemprego e a baixa escolaridade, a alternativa de sobrevivência que resta aos jovens das classes populares, muitas vezes, é a adesão ao mundo do tráfico. Fonte de renda imediata, o tráfico permite um padrão de consumo jamais vislumbrado por meio do trabalho formal ou informal. Assim, a adesão à criminalidade não é uma atitude preconcebida dos(as) jovens da periferia, mesmo porque tem seu preço de insegurança e baixa perspectiva, no entanto, torna-se uma possibilidade se comparada às alternativas econômicas acessíveis.
- e) O tráfico, de outra parte, não se restringe ao transporte e venda de drogas, seja dentro dos bairros da periferia ou nos locais de moradia e diversão da população mais abastada socialmente. O mundo das drogas relaciona-se, em primeiro lugar, o consumo com a atividade econômica do tráfico. Logo a seguir, a necessidade de obtenção das drogas para consumo ou para ampliar o acesso a outros bens faz com que os jovens se envolvam em outras atividades ilícitas. Estas, em um processo gradual, evoluem em gravidade na medida em que se aprofunda

a relação com as drogas. Observa-se que um dos fatores relacionados à reincidência de atos infracionais é o envolvimento com o uso de substâncias psicoativas (TEJADAS, 2008, p. 286), o que não se caracteriza pelo consumo, mas pelo envolvimento com atos infracionais partir do acesso ao mundo do tráfico de drogas e ao porte ou o uso de armas.

- f) Status, auto-estima e virilidade são ofertadas pelo tráfico, portanto, são vantagens simbólicas, não encontradas facilmente em outros espaços sociais. De acordo com Athayde; Mv Bill; Soares (1999, p. 163-168), existem ganhos simbólicos com a inserção no mundo do tráfico, mais significativos do que a atividade econômica que mantém a sobrevivência. Na escala da violência, os jovens da periferia têm a possibilidade de ganhos subjetivos, incomparáveis em relação a outras alternativas de sobrevivência, ofertadas pelas poucas possibilidades de projetos de vida fora da criminalidade. Contraditoriamente, os meios de comunicação, assim como possibilitam maior visibilidade à violência, também possibilitam a entrada em cena de rostos, antes invisíveis. (SALES, 2007, p. 323-332). A força adquirida pelo porte de armas, o poder acessado dentro da hierarquia do tráfico, a admiração do sexo oposto e o medo provocado nas pessoas são fatores que levam ao fortalecimento da auto-estima e da visibilidade dos adolescentes, portanto, a uma forma de reconhecimento social.
- g) Sabe-se que o número de adolescentes do sexo masculino envolvidos em atos de violência é significativamente maior que o número de adolescentes do sexo feminino. Em 2009, a população feminina das unidades de internação e semi-liberdade no Brasil era de 640 adolescentes, enquanto que a masculina era de 14732 adolescentes, representando o percentual de 96% da população total. (Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SDH / Presidência da República, 2009).

Comparativo entre sexos masculino e feminino em meio fechado



Essa realidade revela a presença do componente gênero no envolvimento com a realidade da criminalidade. Analisando-se de forma mais próxima tal realidade, vê-se que acaba por se reproduzir a configuração histórica das relações de gênero, com o maior domínio masculino no espaço público e a restrição do feminino ao espaço privado. Os homens (no caso, adolescentes) saem às ruas em busca de sobrevivência e, para tal, usam sua força física. As mulheres (adolescentes) ficam no espaço de casa, e quando cometem atos infracionais, estes estão associados a situações envolvendo violência doméstica e a doenças mentais. Ainda que se observe certa tendência de mudança, vê-se que tal envolvimento está relacionado a determinados papéis que desempenham na família e no contexto social, onde estão inseridas. Muitas vezes elas são atuantes no tráfico, junto com seus namorados ou companheiros, outras vezes seu papel é mais secundário, mas contribuem ativamente com a realidade da criminalidade, na medida em que acabam elegendo como modelo masculino o “macho violento”, que, ao mesmo tempo em que as protege da violência de que correm risco, dispor sua companhia é também fator de valorização em seu meio social. (ATHAÏDE; BILL; SOARES, 2005, p. 224-225).

Diante de todo o exposto, percebe-se que existem vários fatores geradores do processo de criminalidade envolvendo adolescentes. Pode-se dizer que o fato de serem adolescentes e viverem em condições adversas já pode significar o risco de ocorrer certo relacionamento com a violência, seja como vítima ou no cometimento de atos infracionais. Sua condição de vulnerabilidade faz com que a possibilidade do envolvimento com a violência faça parte de seu cotidiano. De outra parte, também a violência atinge outros níveis sociais, o que permite a reflexão de que a cultura da violência, ou de resolver conflitos com violência, não está restrita ao segmento social da pobreza. Ao contrário, ultrapassa os limites econômicos estabelecidos na sociedade e está disseminada no conjunto das relações de poder e dominação.

No entanto, em uma perspectiva emancipatória, de valorização da vida e de inclusão social da juventude brasileira, o enfrentamento da problemática da violação de direitos que envolve esta parcela da população, deve contemplar formas de garantir políticas públicas inclusivas. Alternativas de geração de renda, incentivos a projetos de vida, oportunidades de visibilidade social positiva, vinculações, reconhecimento e pertencimento social, são algumas das estratégias que podem ser adotadas no sentido de garantir os direitos desta parcela da população.

O desafio está em potencializar iniciativas que estão sendo praticadas pelos diversos movimentos, mobilizações e experiências positivas de políticas públicas, por vezes isoladas, mas que podem ser percebidas em todos os cantos deste País. De outra parte, o desafio implica na necessidade da atuação de todos os segmentos sociais no sentido de melhorar a realidade da juventude, o que tem como significado não apenas uma perspectiva de projeto para a juventude, mas para todos.

Referências bibliográficas

- ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. *Labirinto de espelhos. formação da auto-estima na infância e na adolescência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. UFMG, 2005.
- BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BECK, Ulrich. *La sociedad Del Riesgo: hasta una nueva modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- CASTEL, Robert. *A discriminação negativa*. Cidadãos ou autoclaves? Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DATA SUS – a partir de informações coletas em 2006 e 2007.
- FERREIRA, Berta Weil. Adolescência na teoria psicanalítica. In: *Educação*. Ano XX, nº. 32. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 1997 (159-168).
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBASE;POLÍS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final de pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE;POLIS, 2005.

KARAN, Maria Lúcia. *De crimes, penas e fantasia*. 2º ed., Rio de Janeiro: Luam, 1993.

MAFFESOLI, Michel. Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. In: *Ciência Sociais UNISINOS*, 43(1), janeiro/abril. São Leopoldo: UNISINOS, 2007 (97-102)

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV) DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil – 1980-2002*. São Paulo: USP, 2006.

OST, François. *O tempo e o direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

OUTEIRAL, José. Adolescência: modernidade e pós-modernidade. In: WEINBERG, Cybelle. *Geração Delivery: adolecer no mundo atual*. São Paulo: Sá, 2001 (13-28).

Relatório das Nações Unidas sobre a Violência na Infância Brasileira, 2006, que publica dados cuja fonte primária é o Ministério da Saúde. Publicados na *Folha de São Paulo*, em 15 de outubro de 2006.

SALES, Mione Apolinario. (in) *Visibilidade perversa, adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. Porto: Editora Afrontamento, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo; MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. S. Homicídios dolosos praticados contra crianças e adolescentes do Rio de Janeiro. In: _____ e colaboradores. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ISER, 1996, p. 189-215.

SUDBRAK, Maria de Fátima Olivier. *Adolescentes e transgressão: grupos de socialização, margem e desvio*. Texto inédito produzido para fins didáticos do Curso Extensão Universitária no Contexto da Educação Continuada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Universidade de Brasília, 2009.

SUDBRAK, Maria de Fátima Olivier. *O papel da família e da escola na formação da adolescência*. Texto inédito produzido para fins didáticos do Curso Extensão Universitária no Contexto da Educação Continuada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Universidade de Brasília, 2009.

TEJADAS, Silvia da Silva. *Juventude e ato infracional: As múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: Edipuc, 2008.

WEINBERG, Cybelle. *Adolescer no mundo atual*. In. _____. *Geração Delivery: adolescer no mundo atual*. São Paulo: Sá, 2001, p. 8-11.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. Brasiliense, 2º ed. São Paulo: 1994.